

Instituições, Preferência Partidária e Avaliações de Governos

Institutions, Party Preference and Government Evaluation

Gustavo Müller¹

Resumo: O objetivo deste artigo é contribuir para a análise do comportamento eleitoral brasileiro no período de 1989 a 2010. Com base em dados do TSE e do Instituto Datafolha, o que se pretende demonstrar é que existe uma acentuada discrepância entre os votos obtidos pelo PSDB e pelo PT, as avaliações dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, e o percentual de eleitores que declaram ter preferência pelos dois partidos que polarizam as eleições presidenciais desde 1994.

Palavras-chave: Preferência partidária; Voto; Atalhos cognitivos.

Abstract: This article is to contribute to the analysis of the Brazilian electoral behavior in the period 1989 to 2010. Based on data from the TSE and the Instituto Datafolha, what if you want to demonstrate is that there is a marked discrepancy between the votes obtained by PSDB and PT, the assessments of the Government of Fernando Henrique Cardoso and Lula, and the percentage of voters who say they have a preference by the two parties that solely presidential elections since 1994.

Key-words: Party preference; Voting; Cognitive shortcuts.

¹ Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Santa Maria.
gustavomuller@terra.com.br

1. Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate acerca do comportamento eleitoral brasileiro, demonstrando que, embora exista uma nítida concentração de votos, nas cinco últimas eleições presidenciais nas candidaturas do PSDB e do PT, o percentual de eleitores que declaram ter preferência por estes dois partidos está, principalmente no primeiro caso, muito aquém dos resultados obtidos nos referidos pleitos.

Em virtude do insignificante percentual de eleitores que declaram ter preferência por algum partido, não será abordada neste trabalho a literatura a respeito da construção de identidades partidárias. O foco será direcionado para o debate acerca dos mecanismos institucionais, com ênfase na relação entre partido e Estado, e a influência destes mecanismos na decisão do voto.

A literatura brasileira é pródiga na análise da relação entre partidos e Estado, tanto em ressaltar os aspectos negativos dessa relação (Souza, 1980), como em identificar a participação nos ministérios, por meio do chamado “presidencialismo de coalizão”, como um critério para que eleitores avaliem o desempenho partidário na condução de políticas públicas, e caso a avaliação seja positiva, ocorra por meio do “ciclo virtuoso”, a transferência e a tradução dos bons resultados em dividendos eleitorais para o *label* partidário (Meneghello, 1998, Santos, 2003).

Em outras palavras, embora nosso sistema partidário e eleitoral já possua uma geração, mais do que vinte e cinco anos, a construção de identidades, ou preferências, partidárias não parece indicar os partidos como lócus da decisão do voto. Ao se confrontar a massa de votos obtidos pelo PT e pelo PSDB com os índices de preferências por ambos, fica-se com a impressão de que prevaleça muito mais um voto econômico (Downs, 1999), ou estratégico (Tsebelis, 1998), do que o estabelecimento, ainda que de forma tênue, de um modelo de clivagem (Lipset e Rokkan, 1993).

O presente artigo está dividido em quatro partes, contando com esta introdução. Na segunda parte, apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre dinâmicas institucionais e o papel dos partidos políticos brasileiros nas arenas

governativas, legislativas, sociais e eleitorais. A terceira parte é dedicada à apresentação dos dados, e, subdividida entre a análise dos resultados das eleições para presidência da República (primeiro turno); índices de preferência partidária e, entre a comparação das avaliações dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula e a preferência do eleitorado pelo PSDB e pelo PT. A quarta e última parte, apresenta as considerações finais. Nestas considerações finais, um pouco mais longa que o usual, faz-se um esforço para estabelecer um *link* entre o quadro teórico abordado na revisão bibliográfica e a generalização do que for possível da análise empírica.

2. Instituições, partidos e voto

Dentre os vários campos nos quais a ciência política contemporânea pode ser subdividida, encontra-se a análise do impacto das instituições no comportamento estratégico dos atores políticos (March e Olsen, 1989) e as análises que levam em conta variáveis e determinantes sociológicas, sendo estas baseadas na adaptação da representação política ao modo como a estratificação social ocorre tornado o sistema partidário uma fiel reprodução das clivagens sociais, com partidos profundamente enraizados (Lipset e Rokkan, 1993).

No contexto brasileiro, sobretudo numa tentativa de interpretar a falta de enraizamento social dos partidos políticos a partir de variáveis sociológicas, os vínculos entre partidos e Estado (SOUZA, 1980) e a efemeridade das identidades partidárias decorrentes da pouca duração dos sistemas partidários (Lamounier e Meneghello, 1986) foram os primeiros recortes de um campo de pesquisa a ser explorado.

O encontro das águas destas duas vertentes teórico-metodológicas, institucionalismo (ou neoinstitucionalismo) e sociologia política, produziram diagnósticos diversos e, às vezes, frontalmente opostos.

No que concerne à arena governativa temos a, já citada, visão de Maria do Carmo Campello de Souza, segundo a qual, os partidos privilegiam o controle das “arenas decisórias” em detrimento de vínculos de lealdade com grupos sociais e

consequentemente, a função governativa vista como deletéria para a consolidação de um sistema partidário com forte base na sociedade (Souza, *idem*).

Por outro lado, ainda sobre a arena governativa, trabalhos recentes atribuem a esta arena o papel de “vitrine” na qual a condução das políticas públicas, por meio do controle de ministérios, ofereceria aos eleitores elementos para a decisão do voto, gerando um “ciclo virtuoso” no qual os partidos poderiam ter sua competência “testada” (Meneghello, 1998). Esse controle de ministérios, um dos componentes do conceito de “presidencialismo de coalizão”, produz um padrão de relacionamento entre executivo e legislativo, que se estabelece a partir da delegação de “competência” dos legisladores. Neste padrão de relação entre os dois poderes, os partidos capitalizariam os dividendos eleitorais das políticas públicas bem sucedidas para o *label* partidário (Santos, 2003).

Tal visão de delegação de competência dos legisladores para o executivo é corroborada pela literatura internacional, uma vez que este, por possuir uma burocracia treinada, pode planejar e implantar políticas públicas com maior probabilidade de êxito (Cox, 2004).

Na arena legislativa as controvérsias não são menores. Dependendo da característica institucional salientada, o sistema eleitoral proporcional de lista aberta ou a organização interna do legislativo, os partidos políticos podem ser vistos como aptos ou inaptos para o exercício da representação política.

No que tange ao primeiro aspecto institucional, sistema eleitoral proporcional de lista aberta, constata-se a ausência de quaisquer incentivos para um comportamento que fortaleça a identidade partidária. A fórmula eleitoral utilizada na eleição para Câmara dos Deputados, assim como nas eleições referentes às Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, é vista como prejudicial para o estabelecimento de vínculos efetivos entre o parlamentar e o seu partido.

Segundo Ames (2003) uma vez que o parlamentar é eleito por meio de uma campanha individualista, ao chegar ao legislativo o eleito não se sentiria comprometido com o programa partidário, o que, consequentemente, dificulta a constituição de maiorias, sejam elas governistas ou opositoras. De acordo com essa visão, a ausência de controle partidário na arena eleitoral conduz à

fragmentação do legislativo que, por sua vez, implica na formação *ad hoc* de maiorias, e, em caso extremo, constitui um entrave para a democracia no Brasil (Ames, 2003).

No que concerne ao segundo aspecto institucional, organização interna do legislativo, tendo como referencial teórico a corrente partidária do neoinstitucionalismo, que destaca o poder regimental conferido às lideranças partidárias para a imposição de um comportamento disciplinado aos seus liderados (Cox e McCubbins, 1993), Figueiredo e Limongi constatam um elevado grau de disciplina nas votações no plenário da Câmara dos Deputados, mostrando que, apesar dos incentivos individualistas gerados pelo sistema de voto em lista aberta, no interior do legislativo a orientação do líder partidário é um forte preditor do voto dos parlamentares (Figueiredo e Limongi, 1999).

Não menos controverso é o debate sobre as arenas sociais e eleitorais. Se há conclusões opostas nas abordagens das arenas governativas e legislativas, no campo do estudo do comportamento eleitoral o caminho é minado a tal ponto que qualquer abordagem, quando tomada como uma conclusão científica, pode ser facilmente refutada.

No entanto, também nesse campo, podemos encontrar um divisor de águas entre os estudos que salientam a racionalidade do voto, balizada ou não, pelo arcabouço institucional (Lupia e McCubbins, 2000) e aqueles que salientam determinantes sociológicos, tendo o nível educacional como uma das principais variáveis (Iyengar e Valentino, 2000) ou até mesmo abordagens que incorporam componentes da psicologia e da neurociência (Kuklinski e Quirk, 2000).

O meio termo entre posições tão opostas pode ser encontrado no conceito de “atalhos cognitivos”, ou seja, a visão de que o custo da informação satisfatória para uma decisão de voto, tomada a partir de critérios de racionalidade econômica, é de tal modo elevado, que a maioria dos eleitores, ou eleitores medianos, define seu voto por meio de filtros de informações. Tais filtros teriam como função selecionar aquelas mensagens que ajudam os eleitores a construir “atalhos” que lhes permitiram uma decisão a partir de uma racionalidade possível (Popkin, 1994).

Mas, se aceito como plausível o conceito de atalhos cognitivos, resta procurar entender os caminhos pelos quais os eleitores constroem esses atalhos. Podemos afirmar de forma razoavelmente segura que, tais atalhos são formados a partir de uma combinação entre formatos institucionais, e condições socioeconômicas, o que inclui nível educacional e renda per capita. Podemos também afirmar que determinados formatos institucionais facilitam a decisão do voto com um custo de informação menor, mesmo tratando-se de atalhos cognitivos.

O formato bipartidário é mencionado como um modelo de sistema partidário que facilita a identificação e a distinção entre as propostas por meio de informações contidas e sintetizadas no *label* partidário (Sniderman e Levendusky, 2007). O formato norte americano pode ser citado como exemplo de bipartidarismo no qual democratas e republicanos transmitem para o eleitor mediano, respeitadas as diferenças cognitivas de processamento de informação gerada pelo nível educacional, um conjunto de informações deduzidas a partir do rótulo “liberal” e “conservador”, respectivamente (Iyengar e Valentino, 2000). Mas em um formato institucional como o brasileiro, onde coexistem, além do multipartidarismo, duas fórmulas eleitorais, sendo a majoritária para eleger presidente da República, senador, governador e prefeito, e a fórmula proporcional, como já foi dito, para eleger os membros das casas legislativas, os atalhos cognitivos a serem construídos, exigem informações mais complexas nas quais os partidos políticos aparecem quase sempre em segundo plano, quando não ocultos.

No caso brasileiro, as divergências na interpretação do comportamento dos eleitores refletem os dilemas da literatura especializada acima citada. Temos, de um lado, aqueles que acreditam que as escolhas eleitorais ocorrem de modo aleatório, errático e sem reflexão (Silveira, 1998), e de outro lado, aqueles que acreditam em uma racionalidade mais sutil. Tal racionalidade tem como componente principal uma avaliação do desempenho do governo por meio de uma espécie de voto retrospectivo, ou baseada na biografia do candidato, bem como a recordação da presença deste em eleições passadas, *recall*, que faz com que o candidato, por meio de uma sequência de disputas eleitorais, fique “gravado

na memória” do eleitor, e vinculado a alguma temática específica como o combate à inflação - Fernando Henrique Cardoso – ou distribuição e transferência de renda – Lula (Almeida, 2008).

No entanto, admitindo-se a hipótese da racionalidade sutil ou, em outras palavras, a existência de atalhos cognitivos, é preciso procurar entender como os eleitores traçam os roteiros destes atalhos. Para tanto, aqui é preciso ter em conta o que talvez seja a principal variável sociológica; o nível educacional.

Na sua radiografia da cabeça do brasileiro, Almeida nos mostra um país dividido entre aqueles que possuem um grau de educação elevado e aqueles que, ou não tiveram acesso à educação em nenhum nível, ou possuíam apenas os primeiros anos do ensino básico. Essa separação entre os mais instruídos e os menos instruídos, ainda que possamos ver com ressalvas os resultados de tais pesquisas, se refletem em valores morais, éticos, e, o que interessa aqui, políticos.

Geralmente, segundo Almeida, os que tiveram menos acesso à educação, são mais tolerantes com o “jeitinho brasileiro”. Em outras palavras, aqueles que possuem um grau de instrução menor assistem de forma passiva a corrupção na política e às pequenas transgressões do dia-a-dia. Já os que possuem nível superior de educação são menos tolerantes com os desvios éticos, tanto na política como no cotidiano (Almeida, 2007).

Não é difícil imaginar que a estrutura institucional, combinada com a variável educação, conduza os eleitores por atalhos cognitivos que não sejam, como demonstrou Kinzo (2006) os mais propícios para a distinção de ideários programáticos representados pelos partidos políticos, e, conseqüentemente, para a formulação de preferências partidárias estáveis uma vez que, segundo a própria autora, a dinâmica eleitoral dá maior visibilidade ao candidato do que ao partido (Kinzo, 2006).

Feitas as considerações teóricas, ainda que de forma muito resumida, quase telegráfica, a próxima parte deste trabalho apresentará, como já foi dito na introdução, os dados selecionados para embasar o argumento aqui proposto, qual seja, o de que a massa de votos obtidos pelo PSDB e pelo PT nas eleições presidenciais não contribui, principalmente no caso dos tucanos, para a construção de uma imagem partidária dotada de um nível significativo de preferência dos

eleitores. Ainda que exista hoje na ciência política uma série de modelos e fórmulas econométricas que visam uma relação mais estreita entre empiria e teoria, optando-se em alguns casos por sacrificar a segunda, os dados aqui apresentados podem ser interpretados como meramente demonstrativos. Todavia o artigo terá cumprido seu objetivo se for lido como uma base para que outros autores busquem uma comprovação empírica mais rigorosa.

3. Votos, preferências e avaliações

Com base na breve revisão bibliográfica realizada anteriormente, essa seção se dedicará a apresentação dos dados que serviram como material empírico para reforçar o argumento de que existe uma dissonância entre os votos angariados pelas duas siglas que disputam e polarizam as eleições presidenciais desde 1994 e o percentual de eleitores que declaram ter preferência por tais siglas.

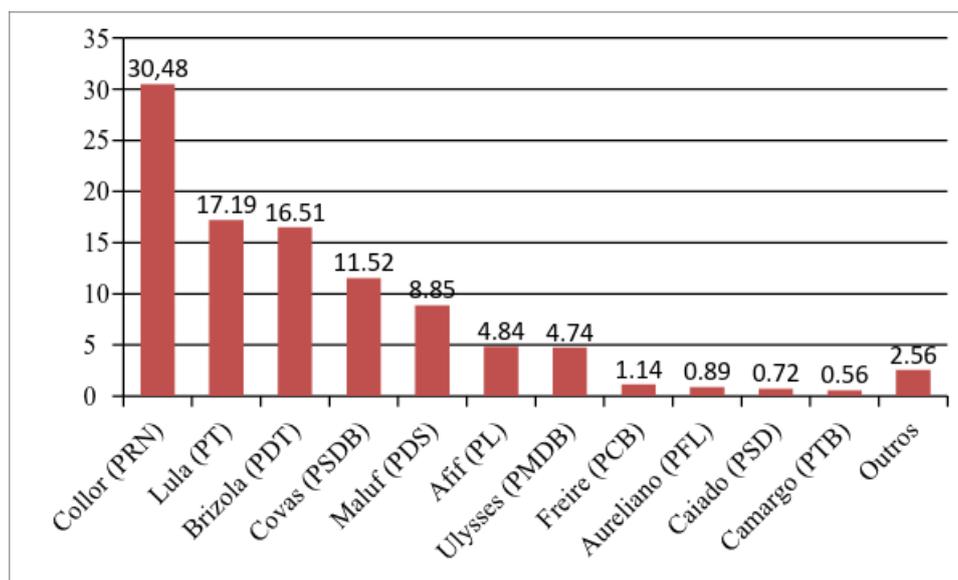
Essa seção está subdividida em duas partes. Na primeira parte serão expostos os resultados das seis últimas eleições presidenciais, no primeiro turno e a distribuição das preferências partidárias de 1989 a 2011. Na segunda parte serão comparadas as preferências pelo PSDB e pelo PT com a avaliação dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Cabe ressaltar que, no que diz respeito às preferências partidárias, foram considerados somente os partidos que apresentaram preferências a partir do patamar de 3%.

3.1 Preferências e votos

É consensual entre aqueles que analisam processos eleitorais a ideia de que cada pleito possui uma pauta, gerada pela conjuntura e captada pelos candidatos. Contudo, mesmo os candidatos e partidos que conduziram processos políticos relevantes, como transição para democracia e estabelecimento de pactos pode ser

preterido pelos eleitores em eleições que ocorrem em circunstâncias de esgotamento de uma determinada conjuntura. Este parece ser o cenário da eleição de 1989, único caso de eleição solteira para presidente da República após 1985.

Gráfico 1. Primeiro turno das eleições presidenciais de 1989, em % de votos válidos



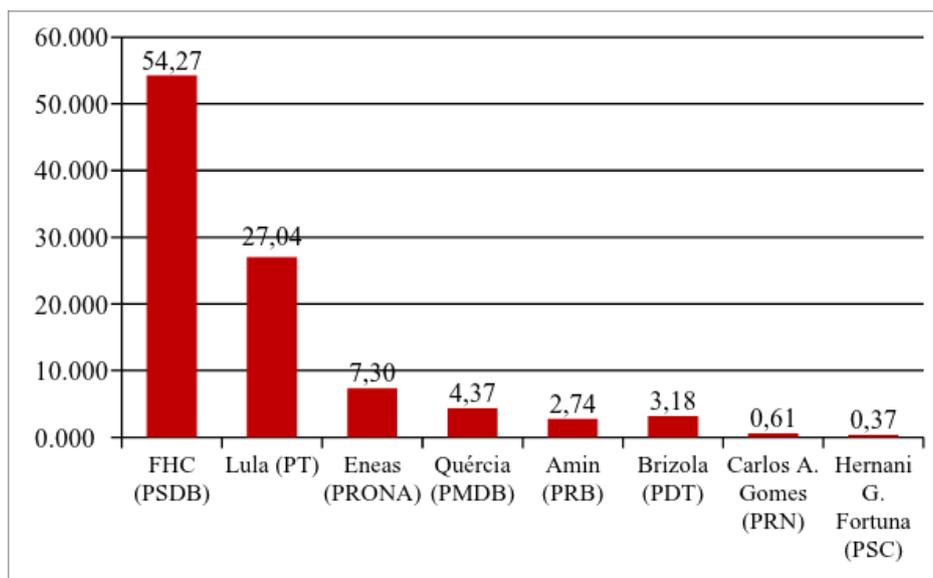
Fonte: Colling, Leandro. Os estudos sobre mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, p.60.

O dado mais relevante demonstrado no gráfico acima é a pífia votação de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, dois representantes da “Aliança Democrática” que conduziu o processo que culminou na vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985.

Por outro lado, temos a acirrada disputa pelo segundo lugar, que garantiria a ida para o segundo turno, entre Lula e Brizola. O primeiro representando o conjunto de forças que reunia um sindicalismo emergente, setores da igreja católica e intelectuais. O segundo, por sua vez já havia se constituído como uma figura opositora na década de 1960.

Além do muito mencionado “fenômeno Collor”, um típico *outsider*, não deixa de ser digno de nota os 11% obtidos por Mario Covas, candidato por um partido fundado no ano anterior à eleição.

Gráfico 2. Eleições presidenciais de 1994, em % de votos válidos



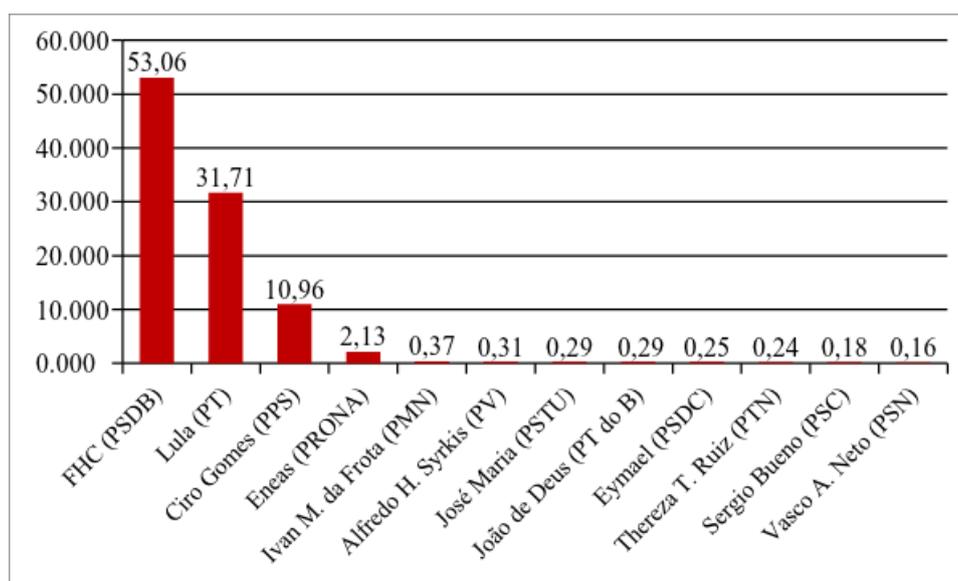
Fonte: TSE.

Tal como ocorreu em 1986, ano em que vigorou o Plano Cruzado, mantendo a inflação sob controle e garantindo uma esmagadora vitória eleitoral do PMDB nas eleições para o Congresso Nacional, para governadores e para deputados estaduais, em 1994, embora Lula tenha alcançado dez pontos percentuais a mais do que os obtidos em 1989, Fernando Henrique Cardoso, principal protagonista do Plano Real, obteve a vitória no primeiro turno, superando com larga vantagem candidatos já testados nas urnas como Lula e Brizola.

É interessante observar que o terceiro candidato, além de obter 10 pontos percentuais a menos do que seu respectivo na eleição anterior, advêm de um partido praticamente inexistente em termos de representatividade. O candidato do PMDB, Orestes Quércia, obtém praticamente o mesmo resultado que Ulysses

Guimarães, embora, como veremos mais adiante, o PMDB seja um partido que durante muito tempo ocupou o primeiro lugar entre os eleitores que declaram ter preferência por algum partido.

Gráfico 3. Eleições presidenciais de 1998, em % de votos válidos

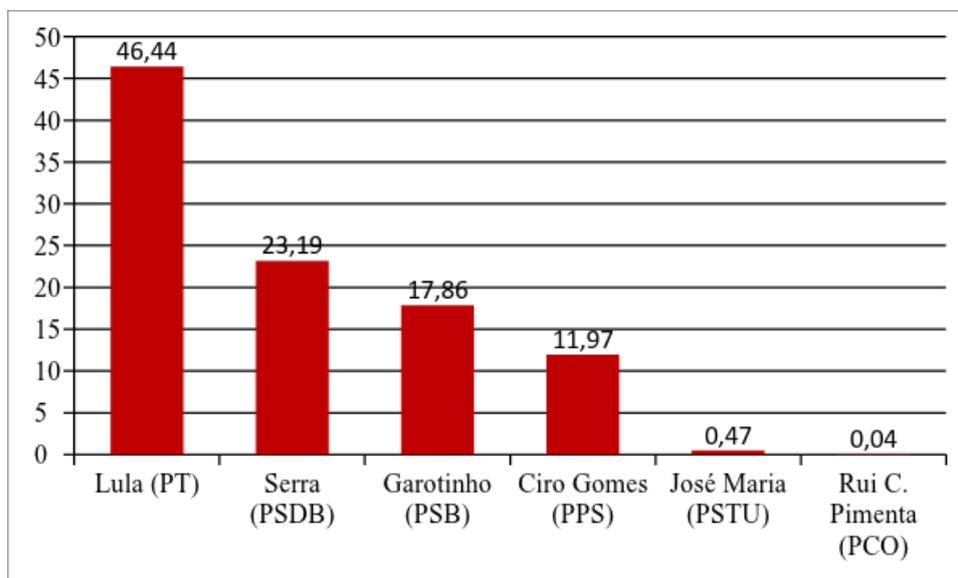


Fonte: TSE.

Ainda sob o mote do controle da inflação, dessa vez ameaçado pelas crises asiática em 1997 e russa em 1998, Fernando Henrique é reeleito em primeiro turno. Contudo, o que merece destaque é o desaparecimento de candidaturas que representavam os partidos que tiveram alguma participação na transição e nos primeiros anos da “Nova República”.

O PFL, composto por uma dissidência do PDS, desde 1994 se alia ao PSDB, seguido em 1998 pelos remanescentes do PDS, então PPB. O PDT de Brizola apoia Lula, e o PMDB não lança candidato próprio. O terceiro colocado, Ciro Gomes, lançado por uma sigla composta de dissidentes do PCB, obtém 10%, que significa três pontos percentuais acima de Enéas Carneiro em 1994, mas seis pontos percentuais abaixo dos obtidos por Brizola em 1989.

Gráfico 4. Primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, em % de votos válidos

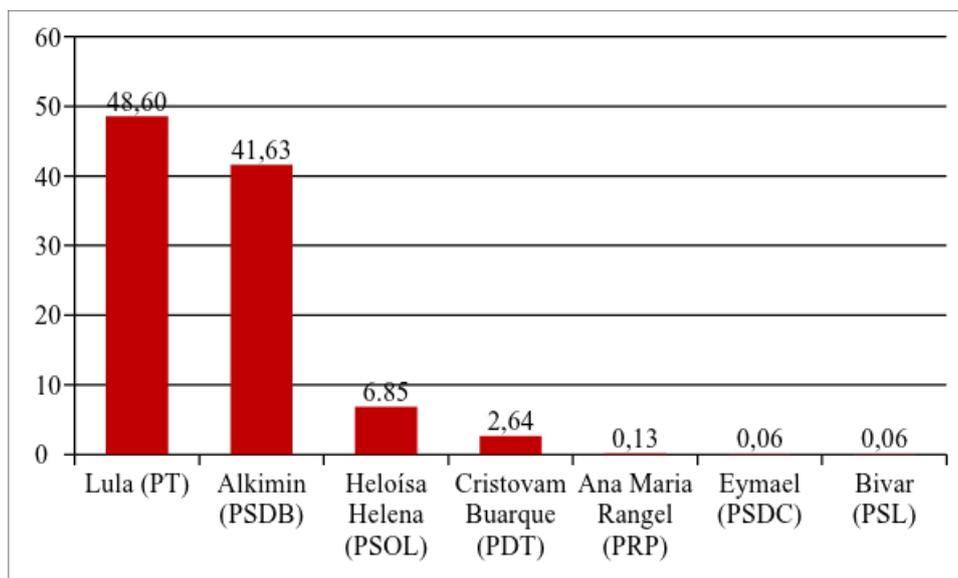


Fonte: TSE.

Em 2002, um ano após a inflexão do PT em direção ao centro, o que se nota é uma dispersão maior dos votos com um terceiro colocado, Antony Garotinho, atingindo os mesmos percentuais de Brizola, terceiro colocado nas eleições de 1989, ainda que o PSB representasse à época, um partido com pouca expressão.

Outro fenômeno que pode ser atribuído às eleições de 2002 é o desaparecimento de uma candidatura, com alguma expressão política, que representasse nitidamente a ideologia liberal materializada na ênfase da economia de mercado. Cabe lembrar que o PFL não aderiu à candidatura de Serra, e nem lançou candidato próprio. Contudo, a ausência de um candidato defensor do liberalismo não significou a inexistência de um discurso conservador. Esse papel de baluarte do conservadorismo coube a Serra, e, posteriormente foi reproduzido por Alckmin, descaracterizando quaisquer traços de identidade do PSDB com a social democracia, e, portanto, empurrando o partido rumo ao centro do espectro político, com feições de um conservadorismo moral.

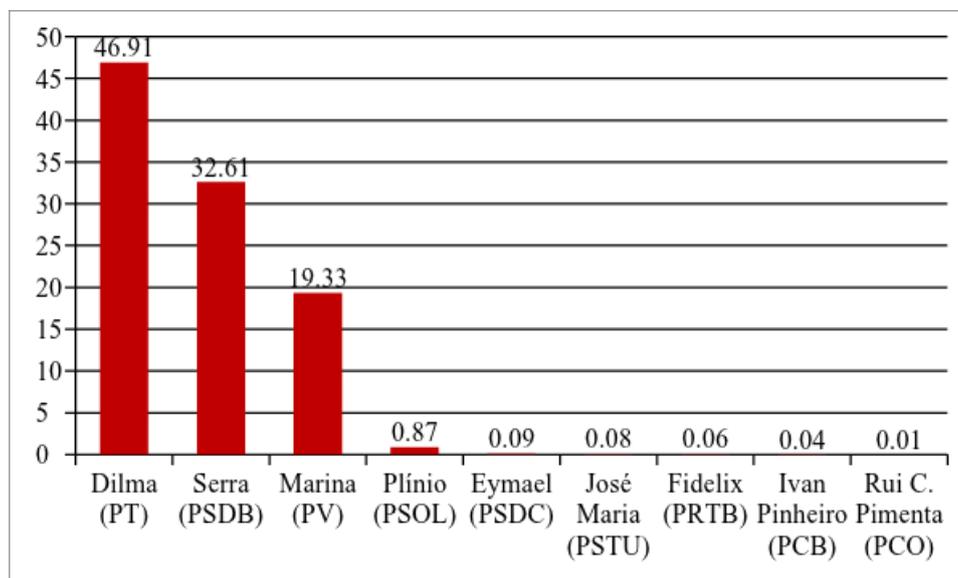
Gráfico 5. Primeiro turno das eleições presidenciais de 2006, em % de votos válidos



Fonte: TSE.

Comparadas as eleições de 2002 e 2006 vimos um declínio do prestígio de Lula provocado pelo escândalo do mensalão, principalmente. Mas notamos também uma maior concentração de votos nas legendas petista e tucana. Se somados os percentuais de Lula e Alckmin teríamos 90,23% dos votos no primeiro turno. O mesmo cálculo realizado em eleições anteriores nos mostra a soma de 69,63% em 2002, 84,77% em 1998 e 81,31% em 1994, e, somando-se os percentuais obtidos por Lula e Covas em 1989, 28,71%. Na mesma eleição, 1989, a soma dos percentuais obtidos por Lula e Collor, 47,67%, fica muito aquém do percentual mais baixo obtido pela polarização PT /PSDB, que inicia em 1994 (69,63% em 2002), e que, nas eleições de 2010, mantém a concentração de votos no percentual de 79,52% (soma dos percentuais de Dilma e Serra).

Gráfico 6. Primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, em % de votos válidos

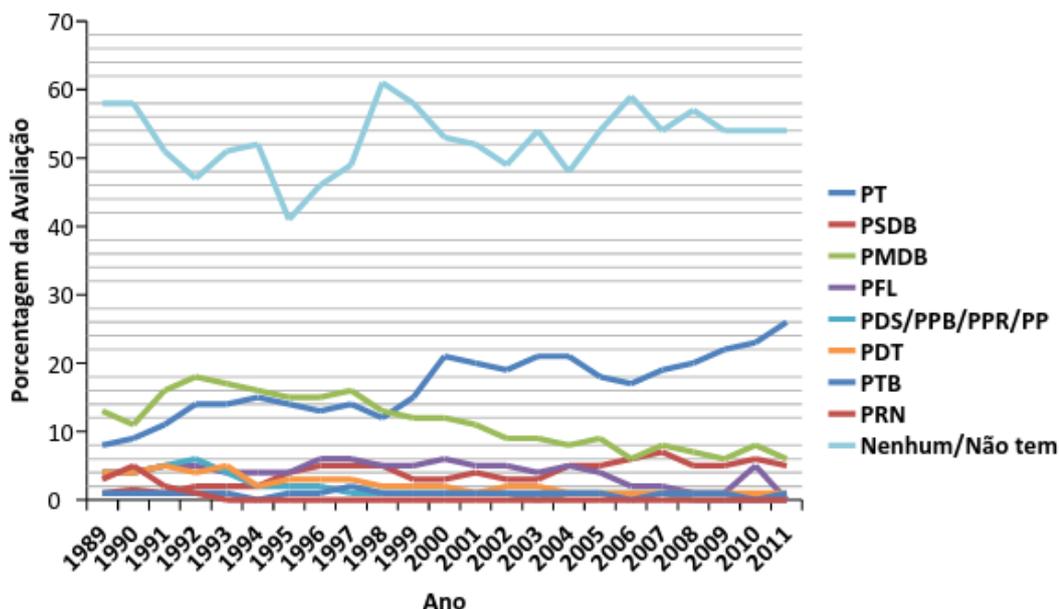


Fonte: TSE.

Se na primeira eleição presidencial o percentual representado pela soma dos votos de Lula e Covas foi de 28,71%, a partir de 1994 o mesmo percentual, no seu nível mais baixo, nunca foi inferior a 69%, o que mostra o que poderíamos considerar um bipartidarismo de fato, ao menos no que diz respeito às disputas presidenciais.

Contudo, essa polarização não se traduziu no incremento da preferência, ou identidade, dos eleitores com o PT e, principalmente, como o PSDB, conforme se observa na média de eleitores que declaram ter preferência por algum partido de 1989 A 2011.

Gráfico 7. Avaliação Partidária 1989 a 2011



Fonte: Datafolha

Conforme vemos, o percentual de eleitores que declaram não ter preferência por nenhum partido se mantém, de 1989 a 2011 no patamar dos 60%, com pequenas oscilações para mais ou para menos. O curioso é o fato de que, ao observarmos o gráfico, percebemos que a linha que representa os apartidários sai do patamar de 60%, 1989, e retoma o mesmo patamar em 2011.

Com relação especificamente aos partidos que aparecem nas preferências dos eleitores temos o PMDB e o PT disputando os percentuais em torno de 15% a 20% com a ascensão deste último a partir de 1999 apesar de um período de baixa entre 2005 e 2007.

Por outro lado, o PFL, que foi um dos partidos que compôs a aliança que promoveu a transição democrática, e o principal aliado durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, não obteve mais do que 5% ou 6% das preferências dos eleitores.

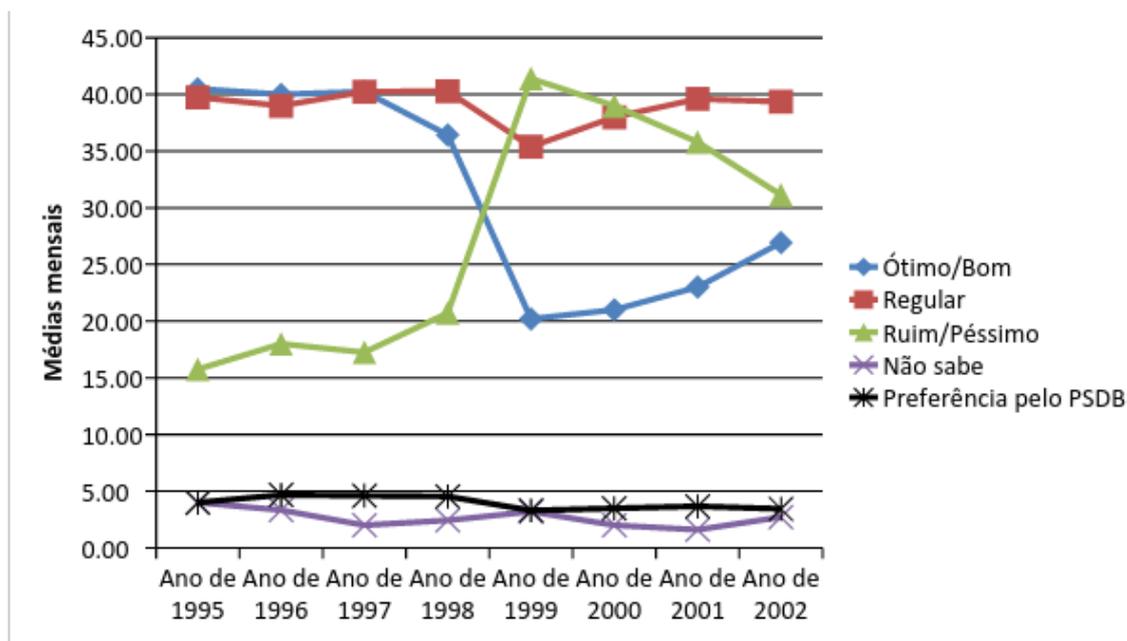
No entanto, o que podemos observar é uma discreta elevação dos percentuais do PSDB entre 1995 e 1997. Nesses mesmos anos o PT se mantém estável, mas apresenta um leve declínio entre 1998/1999, tendo uma nova

ascensão a partir de 2001. Já o PSDB oscila para baixo entre 1999 e 2001, e começa uma ascensão modesta a partir de 2005, atingindo um pico em 2007.

3.2 Avaliações de governos e preferências partidárias

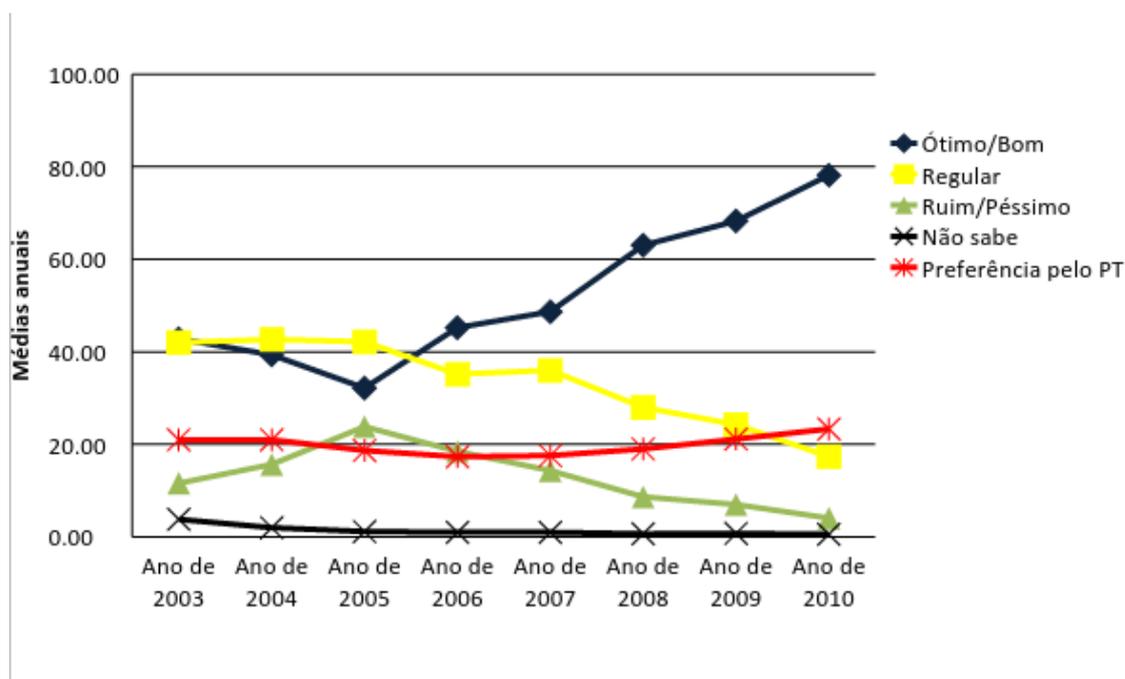
A comparação com a concentração de votos obtidos pelos candidatos do PT e do PSDB nas últimas cinco eleições presidenciais com o percentual de eleitores que declaram ter preferência por estes dois partidos, demonstrou uma acentuada discrepância. Analisemos agora o que acontece quando confrontamos as avaliações dos governos Fernando Henrique e Lula, e a oscilação das preferências dos eleitores pelos seus respectivos partidos.

Gráfico 8. Relação entre a avaliação do governo FHC e preferência pelo PSDB



Fonte: Datafolha

Gráfico 9. Relação entre a avaliação do governo Lula e preferência pelo PT



Fonte: Datafolha

O que podemos perceber a partir da análise dos gráficos é que o grau de preferência, tanto em relação ao PSDB, como em relação ao PT está mais associado aos extremos da avaliação dos governos. Em outras palavras, as oscilações da avaliação ótima/boa, bem como a avaliação péssimo/ruim, causam impacto nas preferências dos eleitores pelo partido do presidente da República.

No caso do PSDB percebemos que, apesar da pouca significância da oscilação das preferências dos eleitores pelo mesmo, suas baixas coincidem com o decréscimo dos índices bom/ótimo da avaliação do governo Fernando Henrique. Estes índices, por sua vez, ocorrem nos momentos de grave crise econômica. Convém lembrar que, a partir de 1997 temos uma série de ataques especulativos contra o real, começando pela crise asiática, passando pelas crises da Rússia no final de 1998 e da Argentina em 2001, ano no qual ocorre a crise energética brasileira, que ficou conhecida como o “apagão”. Não obstante, no último ano do governo Fernando Henrique os índices de avaliação bom/ótimo e de preferência pelo PSDB segue um discreto caminho divergente.

No caso do PT também se observa uma oscilação discreta. Conforme vimos na evolução das preferências partidárias entre 1998 e 2011, o PT gradualmente ocupa o espaço do PMDB, oscilando na faixa de preferência entre 15% e 20%. Não obstante, em 2005, ano no qual ocorre o escândalo do mensalão, assistimos uma brusca queda na avaliação boa/ótima do governo Lula, uma discreta oscilação para baixo no percentual de preferência pelo PT.

Entretanto, a partir de 2006 o percentual de avaliação boa/ótima do governo começa uma trajetória continuamente crescente, mas o PT só volta a oscilar positivamente em 2007.

Embora os dados não permitam afirmações categóricas, o que podemos notar é que, Fernando Henrique Cardoso encerra seu governo com uma trajetória divergente entre a aprovação do seu governo e a preferência por seu partido. Já Lula associa mais fortemente a avaliação do seu governo à preferência pelo PT em 2005, ano em que ambos são afetados pelo escândalo do mensalão. Todavia ocorre um descolamento entre a imagem do governo e a imagem do partido entre 2006 e 2007, somente voltando a ser convergente no final de 2007 e início de 2008. A partir daí a aprovação do governo Lula cresce vertiginosamente, e a preferência pelo PT, de modo mais modesto, converge na mesma direção.

4. Considerações finais

Os dados aqui apresentados não demonstram uma relação entre causa e efeito, teste que poderia ser realizado por modelos econométricos, apresentando ou não alguma significância do ponto de vista estatístico. No entanto, os percentuais de voto concentrados nos candidatos do PT e do PSDB nas eleições presidenciais, e as modestas oscilações nos percentuais de eleitores que declaram ter preferência por estes partidos, nos mostram um bipartidarismo sem partidos com enraizamento social, conforme argumentam Limongi e Cortez em uma análise das eleições de 2010 (Limongi e Cortez, 2010).

Segundo os autores, embora as eleições proporcionais (para o legislativo) apresentem um quadro fragmentado, desde 1994 temos um bipartidarismo

gerado, não pelo enraizamento social dos partidos, mas sim pelas restrições das alternativas apresentadas aos eleitores nas eleições presidenciais, e, em menor grau, nas eleições para governador (*idem*).

Conforme vimos, os sistemas bipartidários são vistos, por autores que atribuem um peso relevante ao formato institucional no processo de decisão do voto, como um facilitador em termos de custos de informação, fazendo com que os eleitores vejam no *label* partidário um sinalizador das políticas governamentais a serem adotadas em caso de vitória de um ou de outro partido (Sniderman e Levendusky, 2007).

Nesta mesma linha de raciocínio institucionalista, aplicada agora ao contexto brasileiro, em que pese a existência de dispositivos regimentais que garantam uma disciplina partidária no interior do legislativo (Figueiredo e Limongi, 1999), esta mesma disciplina não dá visibilidade ao partido. Em outras palavras, mesmo que, apesar dos incentivos individualistas gerados pelo sistema de lista aberta (Ames, 2003), haja “um comportamento partidário”, este não é perceptível para os eleitores medianos, que, em geral, depositam pouca confiança no parlamento.

Também não parece crível que o “ciclo virtuoso” gerado pela participação dos partidos nos ministérios (Meneguello, 1998), bem como a delegação de competência do legislativo para o executivo (Santos, 2003), resulte em estratégias eleitorais que fortaleçam o *label* partidário, o que não impede que os partidos se beneficiem do fato de estarem no governo. Apenas as estratégias eleitorais podem ser conduzidas de modo a ressaltarem o acesso personificado ao Estado, em detrimento do acesso partidário como participante de uma coalizão governista.

O que os dados aqui apresentados demonstram é que o desempenho governamental afeta as preferências partidárias apenas daqueles que se situam nos dois extremos da avaliação do governo. As oscilações nos índices de avaliações boa/ótima e ruim/péssima tendem a fazer com que o percentual de eleitores que declaram ter preferência pelo partido do presidente da República oscile positiva ou negativamente. Não obstante, também é plausível afirmar que a estrutura organizacional e política dos partidos tenha um peso nessa associação ou dissociação da imagem do partido com a imagem do governo, tirando proveito das

conjunturas favoráveis, e realizando realinhamentos programáticos e discursivos para contornar situações menos favoráveis ao governo, o que requer alguma habilidade, pois não sendo os partidos ancorados socialmente, um movimento equivocado pode embaçar ainda mais a pouca visibilidade da legenda. Tais realinhamentos podem explicar a sobrevivência do PT e a quase extinção do PSDB com um partido de centro-esquerda, ao menos na sua origem.

Nas eleições de 1994 e 1998 Lula restringe seu discurso à crítica ao processo de estabilização econômica e às medidas adotadas para combater os efeitos das crises externas. Somente em 2002 Lula abandona a posição esquerdista, e se compromete com a manutenção dos fundamentos da política econômica de Fernando Henrique. Já em 2006 Lula se apresenta, na tentativa de reagir ao desgaste provocado pelos escândalos de corrupção em seu governo, como um presidente que promoveu a justiça social e a distribuição de renda.

Por outro lado, uma das explicações para a divergência, apresentada no gráfico VIII, entre aprovação do governo Fernando Henrique e a declaração de preferência pelo PSDB, pode estar no distanciamento de seus candidatos (Serra e Alkimin) em relação à administração tucana. Em 2002 o então candidato Serra se recusa a “olhar no retrovisor”, ou seja, recusa a se posicionar a respeito do que foi feito pelo governo Fernando Henrique. Sem um vínculo com o passado recente, e com a ascensão da candidatura Lula, Serra adota uma postura de conservadorismo moral, postura esta reproduzida por Alkimin em 2006 e pelo próprio Serra em 2010.

Dessa forma, podemos constatar que a manutenção do bipartidarismo foi produto mais de adequações conjunturais, não importando o quão contraditórias fossem, do que o enraizamento de duas posições político-programático. Nesta viagem redonda a lealdade ao Estado parece estar acima de qualquer outro valor, seja para manter ou para conquistar o poder.

Referências

- ALMEIDA, Alberto Carlos (2008). *A Cabeça do Eleitor*. Rio de Janeiro: Record.
- ALMEIDA, Alberto Carlos (2007). *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.
- AMES, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- COX, Gary e McCUBBINS, Mathew (1993). *Legislative Leviathan: party government in the house*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.
- COX, James H (2004). *Reviewing Delegation: an analysis of the congressional reauthorization process*. Westport, Conn.: Praeger.
- DOWNS, Anthony (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. São Paulo: FGV.
- IYENGAR, Shanto e VALENTINO, Nicholas A (2000). “Who says what? Source credibility as a mediator of campaign advertising”. In: LUIPIA, Arthur, McCUBBINS, Mathew D. e POPKIN, Samuel L (org) (2000). *Elements of reason*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.108 – 129.
- KINZO, Maria D’Alva (2006). “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, pp. 65-81. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200002&lang=pt. Acesso em: 4/11/2011.
- KUKLINSKI, James H. e QUIRK, Paul J. (2000). “Reconsidering the Rational Public: Cognition, Heuristics, and Mass Opinion”. In: LUIPIA, Arthur, McCUBBINS, Mathew D. e POPKIN, Samuel L (org). *Elements of reason*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 153 - 182.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel (1986). *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael (2010). “Eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos*. São Paulo. CEBRAP, n. 88, nov., pp. 21-38.
- LIPSET, Seymour e ROKKAN, Stein (1993). “Estruturas de Clivagens: sistema partidário e alinhamento de eleitores”. In: LIPSET, Seymour (org). *Consenso e Conflito*. Lisboa: Gradiva.

LUPIA, Arthur e McCUBBINS, Mathew D. (2000). “The Foundations of Political Competence: how citizens learn what they need to know”. In: LUIPIA, Arthur; McCUBBINS, Mathew D. e POPKIN, Samuel L. *Elements of reason*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 47 - 66.

MARCH, James G. e OLSEN, Johan P. (1989). *Rediscovering Institution: the organizational basis of politics*. New York: Free Press.

MENEGUELLO, Rachel (1998). *Partidos e Governo no Brasil Contemporâneo: (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.

POPKIN, Samuel L. (1994), *The reasoning voter*. Chicago: The University of Chicago Press.

SANTOS, Fabiano (2003). *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1980). *Estado e Partidos Políticos no Brasil: (1930-1964)*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

SILVEIRA, Flávio Eduardo (1998). *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SNIDERMAN, Paul M. e LEVENDUSKY, Matthew S. (2007). “An Institutional Theory of Political Choice”. In” DALTON, Russell J. e KLINGEMANN, Hans-Dieter (org). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. New York: Oxford University Press, pp. 437 – 456.

TSEBELIS, George (1998). *Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp.